



MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA
E INOVAÇÕES



CENTRO NACIONAL DE MONITORAMENTO E ALERTAS DE DESASTRES NATURAIS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº: 01242.000311/2020-41

(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva), com cobertura de risco e suporte logístico, com fornecimento de mão de obra, insumos e peças da infraestrutura para seis (6) radares meteorológicos do CEMADEN instalados em Salvador (BA), Santa Teresa (ES), Três Marias (MG), Jaraguari (MS), Natal (RN) e Petrolina (PE), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste documento e seus anexos.

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço continuado e comum, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais no mercado, conforme Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário. Assim, sugere-se a adoção da modalidade Pregão.

"Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Bens e serviços comuns são ofertados, em princípio, por muitos fornecedores e comparáveis entre si com facilidade."

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados no item 22 - **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global por item.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Desastres naturais provocam grandes perdas humanas e materiais em todo o mundo e seu risco crescente é uma questão de preocupação global. A maior vulnerabilidade a desastres naturais está relacionada à demografia, condições tecnológicas e socioeconômicas de populações vivendo e áreas de risco à ocorrência de desastres, e fatores como adensamento urbano, variabilidade e extremos climáticos causados por mudanças climáticas.

2.2. Por sua grande extensão territorial e grande população o Brasil é um país vulnerável a grande variedade de desastres naturais (e.g.: deslizamentos de massa em encostas, vendavais, inundações, enchentes, enxurradas, alagamentos, descargas elétricas, secas, queimadas, ressacas, episódios agudos de poluição do ar e da água, etc.) e seus impactos afetam milhares a milhões de pessoas a cada ano.

2.3. Eventos extremos de chuva de alta intensidade por períodos curtos de tempo ou de baixa intensidade por longos períodos comumente causam grandes inundações, enchentes, enxurradas e deslizamentos de terra em encostas. Estes tipos de desastres naturais respondem por mais de 2/3 das ocorrências no país. Nos últimos anos, vêm aumentando a frequência e a gravidade dos desastres naturais no Brasil, haja vista as catástrofes que atingiram a região serrana do Rio de Janeiro, no início de 2011, os Estados de Alagoas e Pernambuco, em junho de 2010, a região do Vale do Itajaí no Estado de Santa Catarina, no final de 2008, e o centro-leste de Minas Gerais e os estados do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e de São Paulo, no verão 2011-2012, com mais de 40 mortos e milhares de desabrigados ou afetados.

2.4. Alertas antecipados da possibilidade de ocorrência de desastres naturais são instrumentos fundamentais para a atuação preventiva dos agentes de proteção civil e mobilização das comunidades em situações de desastres naturais. Muitas vidas podem ser preservadas com um sistema eficiente de monitoramento e alerta dos eventos climáticos extremos, que permita a retirada da população para áreas seguras. No Brasil, compete ao Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN, conforme Decreto nº 7.513, de 1º de julho de 2011, "I - elaborar alertas de desastres naturais relevantes para ações de proteção e de defesa civil no território nacional".

2.5. Para cumprir a sua missão, o CEMADEN implantou uma rede de nove radares meteorológicos dedicada à realização de monitoramento meteorológico com vistas à emissão de alertas de risco de ocorrência de desastres naturais em áreas sob a cobertura dos radares. Sendo assim, para que os equipamentos possam realizar o monitoramento da chuva e cumprir com o seu propósito, se faz necessário garantir a continuidade de seu funcionamento por meio de serviços de manutenção de suas infraestruturas civil, mecânica e elétrica, que é o objeto desta contratação.

2.6. Ademais, com a execução das atividades de manutenção nos equipamentos dos radares, objetiva-se a obtenção de um alto índice de disponibilidade dos mesmos, sendo que a verificação periódica do estado de conservação dos diferentes conjuntos dos sistemas proporcionará a redução dos desgastes de seus componentes elevando a vida útil de todo o sistema.

2.7. O Cemaden tem como missão realizar o monitoramento das ameaças naturais em áreas de riscos em municípios brasileiros suscetíveis à ocorrência de desastres naturais, além de realizar pesquisas e inovações tecnológicas que possam contribuir para a melhoria de seu sistema de alerta antecipado, com o objetivo final de reduzir o número de vítimas fatais e prejuízos materiais em todo o país.

2.8. Conforme mencionado nos itens anteriores, é imprescindível a manutenção preventiva e corretiva da infraestrutura de seis (6) radares, pois o radar é uma das principais fontes de dados utilizados pelos servidores da Sala de Operação para subsidiar a tomada de decisão na emissão de alertas de desastres naturais, que é a missão do CEMADEN.

2.9. Dessa forma, os Radares localizados nesses seis (6) sítios estão sem manutenção preventiva e corretiva da parte de infraestrutura e alguns desses radares já sofreram paralisação ou se encontram inativos em decorrência de ausência de manutenção.

2.10. Assim, para sustentar as competências do CEMADEN é necessário operar e manter a rede observacional do centro. No que tange aos riscos hidrometeorológicos, a rede observacional é que prove as informações para subsidiar as competências do CEMADEN nesta área.

2.11. Consequentemente, a indisponibilidade de um sítio Radar implica diretamente na qualidade e celeridade da emissão de alertas de desastres naturais, o que poderá causar impactos em toda a sociedade, já que o alerta visa prevenir riscos humanos e materiais.

2.12. Entende-se que a contratação deste serviço se faz necessária, de forma a evitar possíveis interrupções em atividades técnicas ou até mesmo prejuízos nas atividades inerentes deste Centro.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos Estudos Preliminares, abrange a prestação do serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura para seis (6) dos radares meteorológicos do CEMADEN, instalados em Salvador (BA), Santa Teresa (ES), Três Marias (MG), Jaraguari (MS), Natal (RN) e Petrolina (PE) conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Anexo A deste Termo de Referência.

3.2. A contratação será particionada em 06 (seis) lotes, tomando-se por base a localidade do Sítio de radares meteorológicos do CEMADEN, conforme segue:

3.2.1. Lote 01: Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Jaraguari/MS;

3.2.2. Lote 02: Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Três Marias/MG;

3.2.3. Lote 03: Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Santa Teresa/ES;

3.2.4. Lote 04: Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Salvador/BA;

3.2.5. Lote 05: Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Petrolina/PE;

3.2.6. Lote 06: Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Natal/RN.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na categoria de serviços comuns, por estarem disponíveis a qualquer tempo, em um mercado próprio e estável, composto por diversos fornecedores, cujos serviços são comparáveis entre si, de modo que permite a decisão de aquisição com base no menor preço, enquadrando-se na categoria de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Forma de seleção do fornecedor

Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo:	MENOR PREÇO GLOBAL
Justificativa para contratação direta	NÃO SE APLICA

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Requisitos necessários para o atendimento da necessidade

5.1.1.1. Para cumprir a sua missão, o CEMADEN implantou uma rede de nove radares meteorológicos dedicada à realização de monitoramento meteorológico com vistas à emissão de alertas de risco de ocorrência de desastres naturais em áreas sob a cobertura dos radares. Sendo assim, para que os equipamentos possam realizar o monitoramento da chuva e cumprir com o seu propósito, se faz necessário garantir a continuidade de seu funcionamento por meio de serviços de manutenção de suas infraestruturas civil, mecânica e elétrica, que é o objeto desta contratação.

5.1.1.2. Ademais, com a execução das atividades de manutenção nos equipamentos dos radares, objetiva-se a obtenção de um alto índice de disponibilidade dos mesmos, sendo que a verificação periódica do estado de conservação dos diferentes conjuntos dos sistemas proporcionará a redução dos desgastes de seus componentes elevando a vida útil de todo o sistema.

5.1.2. SERVIÇO CONTINUADO OU NÃO

5.1.2.1. Constitui serviço continuado e comum, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais no mercado, conforme Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário. Assim, sugere-se a adoção da modalidade Pregão.

"Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Bens e serviços comuns são ofertados, em princípio, por muitos fornecedores e comparáveis entre si com facilidade."

5.1.2.2. Trata-se de serviço de natureza continuada, pois sua interrupção pode comprometer a continuidade das atividades da Administração, e sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro, uma vez que está voltado para o funcionamento das rotinas administrativas e finalísticas do

Órgão.

5.1.2.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

5.1.2.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se como serviços comuns, pois são facilmente prestados por diversas empresas do mercado, podendo ser especificados, tendo as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas na legislação vigente.

5.1.2.5. Para salvaguardar a observância do interesse público na gestão de suas atividades, como regra geral, compete à Administração Pública realizar regular procedimento licitatório previamente às suas contratações, em consonância com os princípios e disposições legais constantes na Constituição Federal de 1988 (art. 37, inc. XXI) e na Lei nº 8.666/1993.

5.1.2.6. Conclui-se, portanto, que considerado que os serviços elencados neste instrumento, em regra, têm natureza contínua, é possível que tenham a possibilidade de prorrogação em até 60 meses, conforme dispõe o art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

5.1.2.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5.1.2.8. Cabe salientar que a referida análise e elaboração desse instrumento não afasta a apreciação da consultoria jurídica do MCTI.

5.1.3. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

5.1.3.1. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente licitação observará também critérios elencados na Instrução Normativa n.º 1 de 19 de janeiro de 2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

5.1.3.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

5.1.3.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.1.3.4. Que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e,

5.1.3.5. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDES).

5.1.3.6. A comprovação do disposto nos subitens acima pode ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

5.1.3.7. Gestão dos Resíduos: A Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos: a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso; b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a Contratada deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos: b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros; b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura; b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas. c) Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas. d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

5.1.4. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

5.1.4.1. A duração inicial do contrato está prevista para doze (12) meses a partir da assinatura do contrato.

5.1.5. TRANSIÇÃO CONTRATUAL

5.1.5.1. Não haverá necessidade de transição contratual por se tratar de contratação de serviços.

5.1.6. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

5.1.6.1. Não haverá necessidade de transferência de conhecimento por se tratar de contratação de serviços.

5.1.7. ESTRATÉGIA DE INDEPENDÊNCIA

5.1.7.1. Não haverá necessidade de elaborar uma estratégia de independência, uma vez que o objeto não necessita desse tipo de alocação por se tratar de contratação de serviços.

5.1.8. AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE:

5.1.8.1. Estão previstas neste Termo de Referência itens 11 e 12.

6. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

- 6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, podendo ser acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (12) 3205-0150.
- 6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 6.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 6.4. É importante ressaltar que todas as visitas serão acompanhadas por um representante do DECEA (Departamento de Controle do Espaço Aéreo).
- 6.5. Será emitido Atestado de Visita Técnica pelo CEMADEN/MCTI, em nome da licitante, de que ela, por intermédio de integrante do seu quadro de Responsáveis Técnicos, visitou os locais onde serão executados os serviços, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução dos mesmos, de acordo com o calendário proposto.
- 6.6. Faculta-se a licitante a NÃO participação nas visitas técnicas/vistorias, devendo apresentar, em substituição ao Atestado de Visita Técnica, uma declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da Lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com o CEMADEN/MCTI.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

7.1.1. As manutenções preventivas devem assegurar as condições ideais de funcionamento dos radares (equipamentos) e de toda a infraestrutura dos sítios. Devem ser efetuadas com a intenção de reduzir a probabilidade de falhas de qualquer equipamento que compõe as estações, ou ainda a degradação de um serviço prestado. É uma intervenção prevista, preparada e programada antes da data provável do aparecimento de uma falha, ou seja, é o conjunto de serviços de inspeções sistemáticas, ajustes, calibrações, conservação e eliminação de defeitos, visando a evitar falhas e consequentes interrupções de operação dos radares.

7.1.2. As manutenções corretivas devem ser feitas sempre que houver uma pane inesperada em qualquer dos equipamentos que compõem a estação radar, consistindo em ações que visem restaurar e/ou substituir peças ou componentes que se desgastaram ou falharam, e que levaram o equipamento a uma parada. Sendo assim, é o conjunto de serviços executados nos equipamentos com falha e parada operacional. Neste caso, a contratada deverá realizar os trabalhos de correção (remotamente por meio de um de seus técnicos) no prazo de 04 (quatro) horas a partir do acionamento por parte da Contratante, para iniciar os serviços que visem restaurar o funcionamento da estação.

7.1.3. Os serviços de manutenção corretiva emergencial serão prestados independentemente das manutenções preventivas programadas e corretivas regulares. A contratada deverá manter o atendimento de emergência no regime de plantão de 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive aos sábados, domingos e feriados e pontos facultativos (365 dias por ano);

RISCO	DESCRIÇÃO DO RISCO	IMPACTO					PROBABILIDADE				
		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto	Muito Baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Elétrico	Interrupção no fornecimento de energia elétrica externo.			X					X		
	Interrupção no fornecimento de energia elétrica Interno.					X			X		
	Falha nos transformadores de energia elétrica					X	X				
	Falha no sistema de nobreaks					X			X		
	Falha no gerador					X			X		
Ar Condicionado / Ventilação	Falha no sistema de Self's				X						X
Segurança	Invasão da Área Externa dos Sítios (Pátio)		X					X			
	Invasão da Área Interna dos Sítios (Casa de Operação)					X		X			
Incêndio	Problemas no sistema de prevenção e					X		X			

	combate a incêndio											
	Incêndio na Área Externa dos Sítios (Pátio)		X					X				
	Incêndio na Área Interna dos Sítios (Casa de Operação)					X			X			

7.1.4. A execução da manutenção corretiva poderá ocorrer por iniciativa da Contratada (mediante aprovação de Ordem de Serviços – OS pelos fiscais do contrato) ou por acionamento da Contratante mediante Ordem de Serviço – OS.

7.1.5. Conforme informado no item 2.9 os radares localizados nesses 6 sítios estão sem manutenção preventiva e corretiva da parte de infraestrutura e alguns desses radares já sofreram paralisação ou se encontram inativos em decorrência de ausência de manutenção. A empresa contratada deverá providenciar às suas expensas os reparos necessários para as correções dos problemas, pré-existentes e todos os outros que possam vir a ocorrer até a data de assinatura do contrato.

7.1.6. A realização de manutenção corretiva para o restabelecimento operacional de qualquer item da infraestrutura deverá ter início de atendimento no prazo de 04 (quatro) horas a partir da emissão da OS, com aquiescência da CONTRATANTE, e proposição da solução definitiva em até 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.7. O tempo máximo para conclusão do reparo será de 72 (setenta e duas) horas após o acionamento. A Contratante poderá conceder a prorrogação desse prazo mediante solicitação formal e justificada da Contratada.

7.1.8. Na manutenção corretiva, os itens considerados reparáveis deverão ser reparados pela CONTRATADA no próprio sítio ou em seu laboratório. Os custos com movimentações e transportes ficarão sempre por conta da CONTRATADA.

7.1.9. A empresa contratada para o serviço de manutenção deverá assegurar às suas expensas a provisão de todas as peças/componentes/insumos para o devido reparo de qualquer item da infraestrutura dos sítios, visando manter a estação em funcionamento (tais itens devem compor a planilha de custos da contratada, estando, portanto, incluído no preço de prestação de seus serviços).

7.1.10. As manutenções corretivas contemplam todos os itens que compõem a estação-radar, ou seja, transmissão de dados, geração de energia, construção civil e mecânica (torre metálica), arruamento, área externa, iluminação da estação e os demais componentes da infraestrutura civil, mecânica e elétrica da estação-radar.

7.1.11. A manutenção preventiva, preditiva e corretiva da infraestrutura de cada sítio deverá ser realizada de acordo com as rotinas e periodicidade estabelecidas no Anexo A (Plano de Manutenção da Infraestrutura).

7.1.12. Durante as rotinas de manutenção preventiva, preditiva ou corretiva, poderá haver necessidade de Assistência Técnica de Engenharia de Manutenção, que compreende os serviços de manutenção de alto grau de complexidade e/ou porte técnico, que exigem pessoal reconhecidamente especializado, ou que as intervenções só possam ser realizadas pelo fabricante devido ao domínio exclusivo de tecnologia. Nestes casos, a contratada realizará os contratos e contatos com os fabricantes dos equipamentos ou representantes, sendo a responsável pelo acionamento quando necessário e/ou nos casos solicitados pelo CEMADEN.

7.1.13. A empresa contratada ficará responsável pela substituição, às suas expensas, os elementos dos bancos de baterias existentes nos sítios, seja essa substituição por fim do tempo de vida útil ou por defeito.

7.1.14. A empresa contratada deverá realizar no prazo de seis (6) meses, a contar da assinatura do contrato a execução das manutenções preventivas relativas as cabines primárias de energia dos sítios, envolvendo os disjuntores de SF6, sistemas de proteção, etc..

7.1.15. Complementam as instruções e procedimentos da forma de prestação dos serviços de manutenção integrada do conjunto de radares do CEMADEN:

- Anexo A – Plano de Manutenção da Infraestrutura;
- Anexo B – Ministério do Trabalho, Segurança e Meio Ambiente;
- Anexo C – Equipe de Trabalho;
- Anexo D – Relação de Equipamentos e Instalações da Infraestrutura;
- Anexo E – Acordo de Nível de Serviço (ANS).
- Anexo F – Cronograma Físico dos Serviços de Manutenções Preventivas

8. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

8.1. Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

8.1.1. Deverão ser obedecidas as normas técnicas estabelecidas para a execução de cada atividade;

8.1.2. Os serviços serão avaliados conforme os indicadores estabelecidos no Acordo de Nível de Serviço (ANS) Anexo E.

9. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário:

9.1.1. Todas as despesas com transporte em geral correrão por conta da CONTRATADA;

9.1.2. Aparelho de comunicação móvel (telefone celular) para o pessoal técnico em serviço;

9.1.3. Equipamento individual de segurança, regulados pelas normas legais de segurança, medicina e higiene do trabalho;

9.1.4. Guindastes, guinchos e outros equipamentos de transporte/elevação que se fizerem necessários para a execução dos trabalhos nos sítios;

9.1.5. Ferramentas e instrumentos técnicos necessários para ajustes, calibrações, aferições e quaisquer medidas a serem feitas nos módulos e sub-módulos das estações radar.

9.1.6. Fornecer veículos adequados para acesso as diferentes localidades.

10. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 10.1.** A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 10.1.1.** Manutenção preventiva, preditiva e corretiva em 06 (seis) sítios de radares, a saber:

LOCALIDADE	ENDEREÇO
Jaraguari (MS)	DTCEA-JGI BR-163 - Km 504 Jaraguari, MS CEP 79002-97
Três Marias (MS)	DTCEA-TRM BR-040, Km 252 – Três Marias, MG CEP 39205-000
Santa Teresa (ES)	DTCEA –STA Cabeceira do Rio Bonito, km 7 Vila Aparecida Santa Tereza, ES CEP 29650-000
Salvador (BA)	DTCEA – SV Aeroporto Internacional Luiz E. Magalhaes Lauro de Freitas, BA CEP 41150-250
Petrolina (PE)	DTCEA - Petrolina BR-235 KM 11 s/nº Portal da Cidade Petrolina – PE CEP 56313-900
Natal (RN)	DTCEA – NT Setor Oeste da Bant Rua Otavio Gomes de Castro S/N Parnamirim,RN CEP 59140-1450

*Tabela de Localidade dos Sítios

10.2. Cada estação de radar está instalada em um sítio e comporta além do equipamento, uma infraestrutura que assegura o funcionamento dos equipamentos. Assim, uma área com construção civil e um pequeno prédio acomoda os módulos, como transmissor, receptor, controlador da antena, fonte de alta tensão, entre outros. Esse prédio também abriga o módulo de geração de energia, caso haja falta do fornecimento comercial. Portanto, gerador, no-break, e banco de baterias compõem o módulo de geração de energia. Além disso, uma torre metálica cujas alturas variam de 09 a 25 metros sustenta o módulo da antena e radome. Juntos, antena e radome pesam mais de 12 toneladas, o que exige uma robusta infraestrutura logística para manter o equipamento operando de forma satisfatória.

10.3. Diante da complexidade e robustez de uma estação de radar meteorológico, é imprescindível a exata execução do programa de manutenção. Os equipamentos possuem módulos eletrônicos, elétricos, mecânicos, construção civil, arruamento, cercas, estradas de acesso, geração de energia, acesso a internet, e outras características peculiares que precisam ser constantemente acompanhadas e verificadas, sob o risco de interrupção do funcionamento do equipamento.

10.4. As peças, equipamentos, materiais, insumos e acessórios necessários para o funcionamento das estações de radar deverão ser fornecidos pela contratada para utilização nos serviços de manutenção preventiva, corretiva ou preditiva, devendo entrar na composição de sua planilha de custos.

10.5. A contratada deverá manter um estoque mínimo desses materiais nas dependências de cada sítio para viabilizar a execução dos serviços.

10.6. A descrição da infraestrutura e componentes de cada sítio está detalhada no Anexo D

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 11.3.** Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 11.4.** Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 11.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 11.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 11.6.1.** exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 11.6.2.** direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 11.6.3.** considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 11.7.** Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 11.8.** Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 11.9.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 11.10.** Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 11.11.** Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 12.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.6.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 12.7.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 12.8.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 12.9.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 12.10.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 12.11.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.12.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.13.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.14.** Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 12.15.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 12.16.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.17.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 12.18.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

- 12.19.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.20.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 12.21.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.22.** Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.23.** O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.24.** Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, das documentações produzidas e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 12.25.** Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006.
- 12.26.** Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.
- 12.27.** Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.
- 12.28.** Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;
- 12.29.** Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;
- 12.30.** Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 12.31.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 12.32.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 12.33.** Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 12.34.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 12.35.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.36.** A CONTRATADA deverá, sob gerência da CONTRATANTE, executar todas as atividades necessárias para atender ao objeto deste Termo de Referência;
- 12.37.** A CONTRATADA deverá operar e manter, de forma ininterrupta, todos os sistemas/equipamentos constantes do objeto desta licitação em regime de atendimento presencial, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 dias por ano;
- 12.38.** A CONTRATADA deverá, sob gerência da CONTRATANTE, realizar toda e qualquer manutenção corretiva necessária ao pronto restabelecimento operacional dos equipamentos objeto deste Termo de Referência;
- 12.39.** Em situações excepcionais a CONTRATANTE poderá determinar à CONTRATADA a adoção de medidas imediatas que garantam a operacionalidade dos sistemas apoiados antes da execução da manutenção corretiva dos equipamentos objeto deste Termo de Referência;
- 12.40.** A CONTRATADA deverá realizar as rotinas de operação e manutenções preventivas, conforme plano de trabalho proposto, devidamente aprovado pela CONTRATANTE;
- 12.41.** Os técnicos alocados terão como rotina diária a realização de inspeção técnica em todos os equipamentos constantes do objeto do presente Termo de Referência e a realização de todas as ações necessárias para manter a operacionalidade dos mesmos;
- 12.42.** A CONTRATADA deverá disponibilizar Histórico da Manutenção dos Equipamentos. Este histórico deverá ser atualizado diariamente, e entregue, mensalmente, tanto em mídia eletrônica quanto na forma impressa para a CONTRATANTE;
- 12.43.** A CONTRATADA deverá registrar o histórico de manutenção dos equipamentos em operação em Livros de Registro de Ocorrências, os quais deverão permanecer nos abrigos dos equipamentos;
- 12.44.** Sempre que a CONTRATADA for solicitada pela CONTRATANTE, deverá apresentar relatório para cada atendimento realizado, contendo a data e a hora do chamado, o início e o término do atendimento, a identificação do problema, as providências adotadas e outras informações pertinentes;
- 12.45.** A CONTRATADA deverá manter lista cadastral atualizada de sistemas e equipamentos, devendo ser entregue à CONTRATANTE ao final do contrato ou sempre que solicitado;
- 12.46.** A CONTRATADA deverá confeccionar, mensalmente, Relatório de Utilização de Sobressalentes, de modo a possibilitar a aquisição dos mesmos em tempo hábil pela CONTRATANTE;
- 12.47.** A CONTRATADA deverá enviar formalmente para a fiscalização do CEMADEN, mensalmente, todos os relatórios técnicos reportando as manutenções realizadas;
- 12.48.** As manutenções corretivas que impliquem na indisponibilidade do equipamento deverão ser executadas pela(s) CONTRATADA(s) mediante prévio planejamento e em conjunto com a CONTRATANTE, abrangendo intervenções nos sítios e/ou em oficinas especializadas;
- 12.49.** A CONTRATANTE, em comum acordo com a CONTRATADA, poderá atualizar ou alterar qualquer rotina de manutenção existente, principalmente em caso de substituição de equipamentos que venham a executar a mesma função operacional;
- 12.50.** A CONTRATADA, antes do início de cada tarefa, junto ao seu quadro de pessoal, deverá incluir o plano de segurança e medicina do trabalho, no qual deverão constar todas as medidas que serão adotadas para o desenvolvimento seguro dos serviços, devendo manter o pessoal engajado na execução das atividades, com adequado EPI julgados necessários pelas normas legais de segurança, medicina e higiene do trabalho, para cada categoria profissional;

- 12.51.** A Contratada deverá apresentar plano de trabalho detalhado, contendo a descrição da metodologia que pretende adotar durante a execução dos serviços, destacando como serão utilizados os recursos humanos, materiais, equipamentos, suporte de logística e assistência técnica para atendimento deste Termo de Referência, o mesmo deverá ser apresentado em anexo à proposta comercial;
- 12.52.** A CONTRATADA poderá assumir manutenções de equipamentos incluídos nos sítios pelo CONTRATANTE desde que em comum acordo para equiparação de tecnologias;
- 12.53.** A Contratada deverá simular, uma vez por mês, no mínimo, a falta de energia proveniente da concessionária local para verificar a confiabilidade do automatismo, a ser realizada em horário coordenado com a Contratante e pelo menos uma vez por semana teste sem carga nos geradores;
- 12.54.** A Contratada deverá elaborar uma instrução técnica de operação para cada equipamento que contenha um “check-list” de procedimentos a serem aplicados em caso de falhas e durante as inspeções pelos técnicos.
- 12.55.** Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas, nos termos de sua proposta.
- 12.56.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.
- 12.57.** A Contratada deverá manter sistema de pronto atendimento de emergência 24 horas, 07 dias por semana (incluindo os finais de semana e feriados), acessível por meio de telefone celular ou fixo, disponibilizando equipe técnica especializada, a fim de sanar urgências.
- 12.58.** As obrigações desta seção somar-se-ão às demais previstas nos anexos do termo de referência e edital.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 13.1.** É permitida a subcontratação parcial do objeto entre os limites mínimo e máximo de 0% e 25%, respectivamente, do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 13.2.** É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.
- 13.2.1.** Necessidade de Assistência Técnica de Engenharia de Manutenção, que compreende os serviços de manutenção de alto grau de complexidade e/ou porte técnico, que exigem pessoal reconhecidamente especializado, ou que as intervenções só possam ser realizadas pelo fabricante devido ao domínio exclusivo de tecnologia.
- 13.2.2.** Parcelas acessórias e/ou complementares da execução dos serviços, como transporte e movimentação, ou outros serviços esporádicos e/ou específicos discriminados neste termo.
- 13.2.3.** Itens de manutenção preditiva ou preventiva de menor complexidade que tenham periodicidade diária, semanal, quinzenal e/ou mensal.
- 13.2.4.** Para a Manutenção do grupo gerador de emergência e Análise termográfica das instalações.
- 13.2.5.** As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;
- 13.3.** São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:
- 13.3.1.** apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;
- 13.3.2.** Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;
- 13.3.3.** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 14.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 15.1.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.2.** O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.
- 15.3.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 15.4.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.5.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.6.** O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 15.7.** O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 15.8.** As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.
- 15.9.** A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Acordo de Nível de Serviços (ANS), conforme modelo previsto no Anexo E, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- 15.9.1.** Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 15.9.2.** Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 15.10.** A utilização do ANS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 15.11.** Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.
- 15.12.** O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.13.** Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.
- 15.14.** A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.
- 15.15.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.
- 15.16.** O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
- 15.17.** A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- 15.18.** As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 15.19.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

- 16.1.** A execução dos serviços será iniciada dentro do prazo de 15 (quinze) dias a partir da assinatura do contrato.
- 16.2.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.
- 16.3.** No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 16.4.** Após o recebimento e análise dos documentos, a comissão expedirá autorização para emissão de nota fiscal da prestação dos serviços. Essa autorização será considerada como "Recebimento Provisório" dos serviços.
- 16.5.** A contratante realizará avaliação dos serviços de acordo com os instrumentos de controle disponíveis, por meio de profissionais técnicos competentes, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários. Importante lembrar que vistorias "in loco" poderão ser realizadas pela comissão, desde que haja seja disponibilizado recursos pelas autoridades do Centro, ou seja, diárias e passagens.
- 16.6.** A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas pela comissão.
- 16.7.** No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato:
- 16.7.1.** quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 16.7.2.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 16.7.3.** Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.
- 16.8.** No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento de toda documentação, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 16.8.1.** Realizar de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

17. DO PAGAMENTO

- 17.1.** O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 17.2.** Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 17.3.** A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

17.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

17.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.6. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

17.6.1. o prazo de validade;

17.6.2. a data da emissão;

17.6.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

17.6.4. o período de prestação dos serviços;

17.6.5. o valor a pagar; e

17.6.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

17.6.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

17.6.8. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

17.6.9. não produziu os resultados acordados;

17.6.10. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

17.6.11. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

17.6.12. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.6.13. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

17.6.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

17.6.15. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

17.6.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.6.17. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

17.6.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

17.6.19. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

17.6.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

17.6.21. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

17.6.22. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I =$	$(6/100)/365$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
------------	-------	---------------	--

18. REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional da Construção Civil – INCC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

18.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

19. GARANTIA DA EXECUÇÃO

19.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.

19.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

19.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

19.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

19.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

19.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

19.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

19.6.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

19.6.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

19.6.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

19.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

19.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

19.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

19.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

19.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

19.13. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

19.14. Será considerada extinta a garantia:

19.14.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

19.14.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

19.15. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

19.16. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

20.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

20.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

20.1.5. cometer fraude fiscal;

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA, às seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.3. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

20.6. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 20.1 deste Termo de Referência.

20.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.8. As sanções previstas nos subitens 20.2.1, 20.2.3, 20.2.4 e 20.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.9. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2;

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu	01

	peçoal, por funcionário e por dia;	
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.10. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

20.10.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.10.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.10.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.12. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.13. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.18. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

21.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

21.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

21.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

21.3.1. Capacidade Técnica Operacional:

21.3.2. Registro ou inscrição da empresa de engenharia no CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia/ CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), na área de atuação prevista neste instrumento (ver tabela abaixo), em plena validade;

Lotes	Área de Habilitação da Empresa	Profissional
1 a 6	Engenharia Elétrica	Engenheiro(a) Eletricista e/ou Eletrônico
1 a 6	Engenharia Mecânica	Engenheiro(a) Mecânico(a)
1 a 6	Engenharia Civil/ Prevenção e combate a incêndio	Engenheiro(a) Civil ou profissional legalmente habilitado para execução de serviços de prevenção e combate a incêndio

21.4. Cada lote a ser licitado envolverá uma equipe de profissionais multidisciplinares que devem atuar na manutenção das instalações elétricas/eletroeletrônicas, mecânicas e de ar condicionado/ventilação e civis/prevenção e combate a incêndio integrantes de cada Sítio de radares meteorológicos do CEMADEN (a composição detalhada da equipe de profissionais segue apresentada na tabela supracitada);

21.5. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

21.6. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou já decorrido no mínimo um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior, apenas aceito mediante a apresentação do contrato;

21.7. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de suas atividades econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

21.8. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços;

21.9. Para a comprovação de aptidão, relativa à execução de serviços de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valores significativos do objeto da licitação serão considerados os itens abaixo:

21.9.1. Manutenções Preventivas e Corretivas das instalações elétricas/eletroeletrônicas

21.9.1.1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva predial em instalações elétricas de baixa tensão; Manutenção de sistema de geração de energia composto por gerador de no mínimo 60kVA instalado e com sincronismo automático.

21.9.1.2. Manutenção de sistemas de nobreaks de 15 KVA.

21.9.2. Manutenções Preventivas e Corretivas das instalações mecânicas e de ar condicionado/ventilação:

21.9.2.1. Manutenção de equipamento de ar condicionado, do tipo Self Contained a Ar, com capacidade total de 5TR;

21.9.3. Manutenções Preventivas e Corretivas das instalações civis/prevenção e combate a incêndio:

21.9.3.1. Serviços de manutenção preventiva e corretiva predial em instalações de prevenção e combate a incêndio;

21.9.4. Capacitação Técnica Profissional:

21.9.4.1. Comprovação de capacitação técnica através de C.A.T.'s (Certidões de Acervo Técnico), sendo estas elaboradas e registradas nos órgãos competentes, do profissional que ficará responsável pela execução dos serviços; Registro ou inscrição do profissional no CREA/CAU;

21.9.4.2. Comprovação através de C.A.T.'s (Certidões de Acervo Técnico), de desempenho anterior em execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva predial, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, clientes da licitante, referentes à execução de serviços idênticos ou com características semelhantes aos ora licitados.

21.10. Os serviços serão executados nas localidades constantes na tabela de Localidades dos Sítios.

21.11. A notificação e definição das equipes para Manutenção Preventiva e Corretiva dos subsistemas e de cada um dos itens será de responsabilidade dos proponentes, respeitando-se às normas regulamentadoras vigentes;

21.12. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

21.12.1. Para cada sítio será considerado o menor valor global, conforme conforme planilha de composição de preços anexa ao edital

21.13. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

22. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

22.1. O valor global estimado para a execução dos serviços a serem contratados, no período de 12 (doze) meses, é de R\$ 4.059.955,55, conforme consta discriminado na tabela de preços mencionada abaixo.

22.2. Para a obtenção dos valores unitários estimados (mensais), adotou-se a média dos valores obtidos na pesquisa com os fornecedores, onde o cálculo incidiu sobre um conjunto de três propostas, conforme o §2º, art. 2º, da Instrução Normativa nº 03/2017. Registra-se ainda que os valores unitários de referência foram obtidos com base no inc. IV, art. 2º, da IN nº 03/2017, que assim estabelece: "IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias". Complementarmente, é fundamental relatar que todos os valores obtidos pelo órgão através das consultas de mercado realizadas foram criteriosamente analisados.

22.3. Tabela de preços de referência (estimados)

TABELA DE PREÇOS DE REFERÊNCIA (ESTIMADOS)			
LOTE	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (MENSAL)	VALOR TOTAL ESTIMADO (ANUAL)
1	Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Jaraguari/MS.	R\$ 56.214,18	R\$ 674.570,11
2	Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Três Marias/MG	R\$ 55.942,23	R\$ 671.306,71
	Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em	R\$ 56.004,37	R\$ 672.052,38

3	Santa Teresa/ES		
4	Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Salvador/BA	R\$ 57.296,22	R\$ 687.554,69
5	Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Petrolina/PE	R\$ 55.213,49	R\$ 662.561,90
6	Serviço de manutenção integrada (preventiva, preditiva e corretiva) da infraestrutura do Sítio de Radares Meteorológicos do CEMADEN, localizado em Natal/RN	R\$ 57.659,15	R\$ 691.909,77
VALOR GLOBAL		R\$ 338.329,63	R\$ 4.059.955,55

22.3.1. Assim, o valor estimado para a contratação da prestação dos serviços foi fixado em **R\$ 4.059.955,55**

23. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

23.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

- Gestão/Unidade: 240224
- Fonte: 0100
- Programa de Trabalho: 19.571.2218.20GB.0001
- Elemento de Despesa: 33.90.39.16.
- P1: 19.571.2218.20GB.0001

23.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

23.3. Este Termo de Referência foi elaborado pela área técnica e aprovado pela autoridade competente.

ANDRÉ APARECIDO DE SOUZA IVO
Matrícula no SIAPE: 2281695
(Documento assinado eletronicamente)

GUSTAVO ANTUNES DE SOUZA
Matrícula no SIAPE: 2910256
(Documento assinado eletronicamente)

GUSTAVO BRUNO ASSIS
Matrícula no SIAPE: 2165119
(Documento assinado eletronicamente)

De acordo:

Rodolfo Nunes
Coordenador de Administração
(Documento assinado eletronicamente)

Ciente e de acordo. Considerando que o presente Termo de Referência contempla corretamente as características e especificações acerca do objeto pretendido para a execução do serviço de manutenção predial das instalações físicas do CEMADEN, e ainda, considerando a legalidade de seu conteúdo, com fulcro nas competências do art. 20 do Anexo da Portaria nº 5.141, de 14 de novembro de 2016, publicada no DOU nº 219 de 16/11/2016, **APROVO** o presente Termo de Referência.

Oswaldo Luiz Leal de Moraes
DIRETOR DO CEMADEN
(Documento assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Rodolfo Modrigais Strauss Nunes, Coordenador de Administração**, em 11/12/2020, às 16:35 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Antunes de Souza, Chefe da Divisão de Monitoramento e Operações da Rede Observacional**, em 11/12/2020, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Aparecido de Souza Ivo, Tecnologista**, em 11/12/2020, às 17:56 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Oswaldo Luiz Leal de Moraes, Diretor do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais**, em 11/12/2020, às 18:14 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Bruno Assis, Analista em Ciência e Tecnologia**, em 11/12/2020, às 18:42 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **6235760** e o código CRC **87CF2A62**.